

# Política

— CONSTITUINTE —

Sem conseguir um acordo, depois de mais de nove horas de negociações, os constituintes decidiram levar a questão da reforma agrária para a decisão do plenário. Ninguém venceu. Como o texto será votado novamente hoje, prevê-se outro dia agitado em Brasília.

# Empate na reforma agrária

O plenário da Constituinte dividiu-se ontem à noite na votação do substitutivo do Centrão para o Capítulo que trata da reforma agrária — 248 votos a favor, 242 contra e 37 abstenções — não dando o número mínimo exigido para a aprovação: 280 votos. De acordo com o Regimento Interno da Constituinte, a votação será repetida hoje, às 20 horas (24 horas depois) — abrindo-se nova oportunidade para entendimentos, como pediram o líder do PMDB, senador Mário Covas, e o próprio relator deputado Bernardo Cabral.

Toda a bancada da esquerda aplaudia e gritava de alegria, enquanto o painel eletrônico mostrava o número visivelmente equilibrado de sinais verdes (sim) e vermelhos (não).

As lideranças do PFL, do PDS, do PTB, do PL e do PDC pediram às suas bancadas que votassem a favor da proposta do Centrão, embora várias delas admitissem, a votação, posteriormente, de um texto substitutivo, resultante de acordo. O PMDB, o PDT, o PT e os outros partidos de esquerda, também a favor de se buscar acordo, preferiram, no entanto, rejeitar o projeto, para não ceder nenhuma posição preliminar ao Centrão.

O relator Bernardo Cabral anunciou que se não houver acordo nas próximas horas, votará também contra o texto do seu próprio projeto (que seria colocado em deliberação logo a seguir), a fim de provocar o chamado "buraco negro" e então poder apresentar proposta com base nas sugestões examinadas no curso das negociações.

## Tensão

A votação foi precedida de forte tensão em plenário, embora, a rigor, fosse possível prever a solução em favor do entendimento, tentado inutilmente até ontem. Os próprios discursos dos oradores que se pronunciaram a favor e contra a emenda coletiva do Centrão deixaram transparecer essa possibilidade. Ao discursar a favor do texto do Centrão, o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) lamentou a falta de entendimento e afirmou que "o que se deseja, na verdade, é desapropriar as terras produtivas".

O senador José Richa (PMDB-PR), falou em seguida contra a emenda coletiva do Centrão, mas fez um discurso de conciliação, "em favor da paz e da concórdia no campo". "O que falta para o acordo?", indagou. "Eu sinto que se os entendimentos fossem alcançados na área política, seria alcançado o entendimento em torno da matéria. Mas acontece que, em todas as ocasiões em que as reuniões eram interrompidas, não faltaram os que buscavam a Constituinte para inviabilizar um acordo." Alertou ainda não ser possível continuar vivendo sob tensão. "É preciso distender o ambiente político, sob pena de chegarmos a um retrocesso. Se quisermos o acordo, teremos que votar contra o Centrão."

A favor da emenda do Centrão, falou o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA). Quando ele subiu à tribuna, um silêncio profundo tomou conta do plenário. Só quase no final, ouviram-se algumas vozes, mas Passarinho não se perturbou.

Passarinho previu que a rejeição da emenda do Centrão e a eventual aprovação do texto da Comissão de Sistematização levariam a questão da reforma agrária a um desfecho pior. E alertou para a necessidade de se respeitar a empresa produtiva.

O líder do PMDB, Mário Covas, que falou contra o texto do Centrão, também optou pela linha de conciliação, assinalando: "O que causa ou causará dificuldades ao País não será a solução que daremos ao problema da reforma agrária, mas a nossa incapacidade para o entendimento".

O senador paulista também fez referência às reuniões que buscaram o entendimento, iniciadas há 15 dias. Para ele, a propriedade produtiva deve ter tratamento diferenciado, tal como propôs Passarinho, "mas jamais colocando-a acima da função social".

Afirmando que a reforma agrária se fez em primeiro lugar por um imperativo de justiça e, em segundo, para aumentar a produção agrícola do País, Covas declarou que o PMDB votaria contra o Centrão, não para fazer prevalecer o projeto da Comissão de Sistematização, mas para aprovar um novo texto, resultante de entendimentos.

## Mais um dia para tentar um acordo

"No momento em que quase metade do Congresso se posiciona a favor da desapropriação da propriedade produtiva, não há o que conversar. Sou contra novas tentativas de acordo." Apesar desse desabafo pessimista de um dos principais líderes do Centrão, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), a tendência é mesmo de insistir em um acordo para a nova votação de hoje à noite. O próprio presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, apostava ontem nessa possibilidade, argumentando que a falta de quórum mínimo para aprovação da emenda do Centrão demonstrou essa necessidade.

"A votação para o entendimento foi manifesta", disse Ulysses, lembrando que "o acordo já estava avançado" e que "em certos casos o que há é uma disputa de palavras". Cardoso Alves, porém, ponderou que "nenhum dos lados vai ceder em suas posições e por isso não adianta insistir em vagas insinuações de acordo".

Mesmo do lado do Centrão, porém, havia disposição para continuar as negociações. O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), por exemplo, discordava de Cardoso Alves. Dizia que o Centrão "teve mais votos do que o Covas e com isso podemos negociar em melhores condições. O deputado Luiz Roberto Ponte também apostava nisso e ponderou que mesmo se o seu grupo tivesse vencido, o texto contém impropriedades que deveriam ser revistas.



A esquerda comemora a derrota da emenda do Centrão.



Reunião das lideranças: o acordo não sai.

# SARNEY FILHO DESTITUÍDO: VOTOU CONTRA O GOVERNO.



Sarney Filho

Assim que o painel eletrônico da Constituinte registrou o nome dos constituintes que votaram contra o projeto do Centrão, na votação de ontem do capítulo da reforma agrária, o deputado Cunha Bueno (PDS-SP), membro do grupo, deu o alarme: "Os amigos de Sarney estão fazendo acordo com as esquerdas para garantir os cinco anos. Os papéis estão invertidos".

O comentário de Cunha Bueno foi feito em função da constatação — feita por ele e assessores da UDR — de que o filho e o sobrinho do presidente Sarney, deputados Sarney Filho e Alberico Filho, ambos do PFL do Maranhão, tinham votado contra a proposta do Centrão.

Imediatamente, o líder do PFL, deputado José Lourenço, destituiu Sarney Filho da vice-liderança do partido: "Tenho como norma dar liberdade aos meus vice-líderes mas, no momento em que eles não seguem minha orientação e fazem oposição ao governo, eu os demito" — declarou José Lourenço, explicando em seguida que o presidente Sarney o apoiou dizendo: "Você está agindo corretamente".

José Lourenço lembrou que Sarney Filho "teve o direito de errar uma vez (quando votou a favor da proposta nacionalista da mineração), mas duas vezes não seria possível". Ele afirmou ainda que Sarney Filho "deixou de votar com a liderança, que apóia o presidente Sarney, para votar com a liderança do PMDB, que faz oposição sistemática ao presidente". Na sua opinião, essa atitude não é justificável, daí, a destituição.

# BATE-BOCA NAS GALERIAS

"Não vamos bater em retirada. Vamos agüentar firme em Brasília até o final das votações sobre reforma agrária e tentar reverter a nossa favor as 37 abstenções de ontem." Foi o apelo dramático do presidente da UDR, Ronaldo Caiado, a seus companheiros, aos quais ordenou que ontem mesmo obtivessem os nomes dos 37 parlamentares que se abstiveram — negando quórum para a votação — e partissem para o corpo-a-corpo junto a esses constituintes a fim de garantir a vitória dos empresários rurais na votação de hoje à noite.

Da galeria do plenário, onde assistiu tenso e sério à sessão de ontem ao lado do presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, Caiado saiu ainda mais tenso para uma reunião no Gabinete do deputado Dasso Coimbra, com os presidentes da SRB e o presidente da Sociedade Brasileira de Cooperativas, Roberto Rodrigues. Completamente decepcionado com a falta de quórum, os dois líderes rurais não



Caiado dá instruções nas galerias.

quiseram admitir a derrota do "Centrão", preferindo acreditar numa possibilidade de aprovação de suas propostas na votação de hoje à noite, ou mesmo chegarem a um acordo com a esquerda. Caiado responsabilizou pelo resultado de ontem "os homens extremados de esquerda que quiseram nos comparar com especuladores de terra".

Assim que saiu o resultado da falta de quórum no placar eletrônico, do plenário da Constituinte, alguns líderes mais escaldados da UDR descontaram-se completamente. "Vagabundos, comunistas, vendedores da pátria, safados, vão para a Rússia, parasitas" gritavam em coro liderados pelo presidente da entidade da Paraíba, Roderico Borges, dirigindo-se aos representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da CUT que do lado oposto, num grupo que não passava de 50, assistiram à sessão junto com os presidentes à Contag José Francisco da Silva, e da CUT, Jair Menequelli. No mesmo tom, os adversários da UDR devolveram os xingamentos: "Derrotados, vão vender suas vaquinhas...". José Francisco classificou o resultado de ontem como "uma vitória simbólica" dos trabalhadores rurais e um bom exemplo para baixar a prepotência da UDR. Para ele, o bate-boca foi uma "demonstração do desespero dos adversários".

# NOVE HORAS TENSAS. E INÚTEIS.

O acordo chegou a ficar próximo. Mas a UDR preferiu votar.

Às 18h45 caiu todo o acordo negociado desde as 9 horas de ontem, inclusive os pontos acertados no dia anterior. O empecilho para o acordo foi a desapropriação da propriedade produtiva, condenada pelo Centrão e defendida pelas esquerdas, desde que ela não cumpra sua função social. A decisão de ir a voto partiu do presidente da UDR—União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, após reunião com os deputados Rosa Prata (PMDB-MG), Alysson Paulinelli (PFL-MG) e Ricardo Fiúza (PFL-PE), todos do Centrão.

A proposta de maior aceitação foi a apresentada pelo deputado José Lins (PFL-CE), do Centrão, pela qual seria "insuscetível de desapropriação a propriedade produtiva sujeita ao cumprimento de exigências mínimas complementares, nos termos do disposto no artigo 219 e da lei que o disciplina". O artigo 219 é o que trata da

função social e estabelece o seguinte: "A função social da propriedade rural é cumprida quando esta atende, simultaneamente, os seguintes requisitos, segundo critérios e graus estabelecidos em lei: I— aproveitamento racional da terra; II— utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III— observância das disposições que regulam as relações de trabalho; e IV— exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores".

O primeiro texto surgido foi o do deputado José Maria Eymael (PDC-SP). Por ele, a lei daria um tratamento especial à propriedade produtiva, para fins de desapropriação. A sugestão agradou ao Centrão mas encontrou forte resistência entre as esquerdas.

A UDR apresentou nova contraproposta, através do deputado Alysson Paulinelli, considerando a propriedade produtiva in-

suscetível de desapropriação para fins de reforma agrária e que isto não eximia o proprietário do cumprimento das exigências mínimas complementares nos termos do disposto no artigo 219 e da lei que o disciplina. Depois de uma hora de conversa, o PT decidiu retirar-se da reunião, alegando que esta última sugestão era muito pior do que a de José Lins e este era o máximo que aceitaria negociar.

Surgiu então a proposta do deputado Gerson Peres vinculando a desapropriação da propriedade produtiva à função social, mas estabelecendo prazos e condições para cumprimento dessa função social. Mas as esquerdas presentes não aceitaram a proposta e todos partiram para a radicalização.

Por volta das 18 horas, mais uma rodada de negociações, a favor da emenda José Lins, mas a UDR manteve-se irredutível.

## Caiado acusa Covas pelo impasse

"Não há mais o que evoluir", lamentava ontem no final da manhã o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, após 72 horas de intensas negociações, iniciadas segunda-feira entre parlamentares do "Centrão" que apóiam os empresários rurais e as lideranças dos partidos que defendem a reforma agrária, para definir um único ponto: o conceito de propriedade produtiva passível de desapropriação a constar no capítulo da reforma agrária na nova Constituição.

Demonstrando exaustão e irritado com a falta de entendimento entre as duas correntes nesse item, sobre o qual nenhuma das partes se aproximava sequer de um acordo até o início da tarde de ontem, o presidente da UDR partiu para o ataque direto ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. Caiado acusou Covas de ser o único responsável pelo impasse na aprovação da reforma agrária, "por estar mais preocupado com o resultado dessa votação para usar nos palanques eleitorais das esquerdas".

"Se as esquerdas não aceitam excluir as propriedades produtivas de desapropriação não acredito em nenhum acordo", enfatizava desolado o presidente da UDR, assinalando que se no setor urbano houve acordo rápido "por que tanta demora num entendimento sobre as desapropriações?" Embora se recusando a falar em números, por considerar "impossível" avaliar a tendência dos constituintes naquela altura dos impasses, Caiado continuava convencido da vitória certa do Centrão e da UDR.

E apesar de todas as previsões de dificuldades para que tanto um lado como o outro conseguissem os 280 votos indispensáveis para aprovar qualquer emenda oriunda das tentativas de um acordo sobre o tema, Caiado continuava preferindo que se fosse logo para o confronto em plenário, com o texto do Centrão. "A defesa de nossa proposta é simpática para todos. Não acredito que alguém — excluindo os radicais de extrema esquerda — fiquem contra nós", proclamava ele ontem pela manhã.

## Lobistas

O recinto do Congresso continuou tomado ontem pelos milhares de "lobistas", que pela manhã alteraram um pouco a tática de atuação junto aos constituintes. Vistos pelos corredores, nas proximidades das salas das diversas reuniões e nos gabinetes dos parlamentares, apesar das ideologias distintas, os lobistas das duas correntes sobre reforma agrária tinham o mesmo propósito: garantir as presenças no plenário e sondar a tendência da votação.

Na entrada do Congresso Nacional foi instalado um telão que durante todo o dia de ontem denunciava em vídeo a violência no campo e o trabalho escravo. Uma galeria de fotos denunciava os assassinatos de trabalhadores rurais, e na parede dos corredores de acesso ao plenário gráficos credenciados ao Ministério da Reforma Agrária (Mirad) revelavam um total de 434 mortos em conflitos de terras nos últimos três anos. Revelava também a estrutura fundiária do País: numa área total de 851.400.000 hectares, metade está ocupada. Os minifúndios representam 4,8% delas, enquanto os latifúndios 43%, num total de 370.791.430 hectares.

Jair Menequelli, presidente da CUT, que também acompanhava atentamente as negociações entre as duas correntes, defendia ontem pela manhã o encerramento dos acordos e a imediata votação em plenário, argumentando que os trabalhadores não estavam conseguindo nenhum ganho nessas negociações. E ameaçava: "Se perdemos, a luta continuará no campo".

Ele previu, também, que nenhum dos lados conseguiria arregimentar 280 votos em plenário, admitindo que só por esse motivo estava tentando um acordo sobre a desapropriação, mesmo considerando-o "praticamente impossível".

Outra entidade que se manifestou foi a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), que, em telegrama a cada um dos constituintes, apelava para o voto no projeto da Sistematização. "É o mínimo indispensável para o restabelecimento da paz no campo", disse dom Mathias Schmidt, da Regional Nordeste III da CPI. Ele adverte aos constituintes: "A responsabilidade pela violência, a paz ou o progresso de milhões de brasileiros está em vossas mãos".

## Sistema financeiro: calma na área bancária.

Às vésperas da votação do Capítulo IV da Ordem Econômica, sobre o Sistema Financeiro Nacional, o clima é de calma na área bancária. O texto a ser votado havia sido objeto de uma longa costura anterior, de forma a evitar alterações bruscas numa área por definição delicada: afinal, o sistema intermedia poupanças, e quando há incertezas, o dinheiro foge em direção à segurança, até para ativos de liquidez absoluta como moeda estrangeira ou ouro.

— Não há maior preocupação — afirma José Augusto Arantes Savasini, diretor do Noroeste. Para quem é importante a previsão de criação de fundo ou seguro garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor.

Aprovado o fundo, torna-se possível acabar com as liquidações extrajudiciais — uma forma especial válida somente para instituições financeiras que entram em iliquidez. O fundo seria constituído à semelhança do FDIC (Federal Deposit Insurance Company) norte-americano, que assegura as aplicações até cem mil dólares. Garantidos os depósitos pequenos e médios, a liquidação poderá ser ordinária, a exemplo do que ocorre com as empresas em geral.

O jurista Ary Oswaldo Mattos Filho, especializado em tributos e finanças, destaca a eliminação das cartas patentes e o fato de que será teoricamente mais fácil o

acesso de bancos estrangeiros ao mercado bancário brasileiro, um assunto que gera elevada polêmica no setor. Outra preocupação do especialista é com a emenda do deputado Fernando Gasparin (PMDB-SP), limitando a 12% os juros reais.

Limitações como essa chocam-se frontalmente com os usos e costumes do sistema bancário. Afinal, quem define a taxa básica de juros é o próprio governo, via Banco Central. E as taxas variam conforme o tomador: diariamente, os bancos emprestam às grandes empresas tomadoras obtendo um spread (diferença entre o custo de captação e de aplicação) mínimo.

Menor ainda é o risco de aprovação da emenda do deputado Luiz Gushiken, do PT-SP, que quer extirpar todo o sistema. Funcionário de carreira do Banespa, Gushiken pode alegrar-se com os dados de 1987, um ano em que as instituições oficiais avançaram significativamente sobre a participação privada: só nos depósitos, caiu de 51,37% para 35,48% o peso privado. Isto é, garantidos os recursos do Tesouro para intervenção e saneamento dos estatais — que consumiram US\$ 3 bilhões em 1987 —, bancos estaduais até então ilíquidos avançaram rapidamente sobre a poupança popular, oferecendo juros aos aplicadores e comissões aos intermediários muito superiores às pagas pelas instituições privadas.

## Restrição ao capital externo trará problemas, diz o jornal francês.

(Realiti Junior, de Paris.)

As limitações decididas pela Assembleia Nacional Constituinte ao capital estrangeiro, principalmente para a exploração das riquezas minerais no subsolo brasileiro, poderão ter repercussões extremamente negativas para o governo, paralisando a negociação da dívida externa e afugentando investidores. Essa é a opinião dos meios financeiros europeus, manifestada ontem através do jornal "La Tribune Del Expansion", editado em Paris. O diário francês, especializado em economia, revela que essa decisão não poderia ter ocorrido em pior ocasião para o ministro Mailson da Nóbrega, no momento em que ele se preparava para negociar um acordo com o FMI. Ainda segundo os meios financeiros, essa decisão poderá também paralisar, pelo menos temporariamente, as conversões das dívidas em investimentos, o que vinha sendo feito com êxito e cuja tendência era se ampliar.

Outra disposição que poderá provocar certos atrasos econômicos é a que trata dos investimentos em áreas de tecnologia mais avançada, onde só poderão intervir empresas de capital nacional. Ontem, em Paris, setores acostumados a trabalhar com empresas e bancos brasileiros não escondiam um certo ceticismo, acreditando que, numa primeira fase, os investidores poderão ser desestimulados, pelo menos até adquiri-

rem uma certa confiança na nova legislação complementar.

A proibição de novos "contratos de risco" de petróleo talvez seja o ponto que causou maior estranhamento junto a essas áreas. Isso porque esses contratos previam a divisão entre o Estado e as empresas em caso de descoberta de jazidas, mas todas as despesas, em caso de fracasso, corriam por conta das empresas estrangeiras. Ora, esse tipo de contrato não mais poderá ser celebrado, só permanecendo aberto aos estrangeiros a possibilidade de distribuição dos derivados de petróleo.

Alguns especialistas lembram também que a riqueza do subsolo brasileiro está diretamente ligada à falta de experiência desse país na área de prospecção mineral, exceção do petróleo. Segundo alguns observadores, só os garimpeiros possuem essa experiência, mesmo trabalhando ainda com métodos artesanais. O potencial brasileiro, se bem explorado, poderia render o equivalente ao que o País arrecada com as exportações de café, cacau ou soja. Não se pode esquecer que além de primeiro produtor de ferro do mundo, o Brasil é também um fornecedor importante de bauxita, manganês e estanho, sendo ainda um grande exportador de nióbio, inclusive para a URSS.